



500 ANOS DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

# Visita do Presidente em jeito de prenda de aniversário



LISBOA  
III Congresso  
SICAD debateu  
a canábis, o jogo  
e o alcoolismo

COOPERAÇÃO COM ESTADO NA ENCRUZILHADA

# É preciso saber escolher o melhor caminho para o setor



SEIA  
Fundação  
Aurora Borges  
diz presente onde  
há um carenciado

CPES

# A seguir à escritura pública falta a eleição dos órgãos sociais



COIMBRA  
Milhares  
de pessoas entraram  
na brincadeira  
e a festa repetiu-se

José Leirião  
Membro da CNIS



# A Economia Social e Empresas Sociais na União Europeia

Na edição de Maio do nosso Jornal partilhei convosco o ‘plano de acção’ que a Comissão Europeia desenhou, no início deste ano, para relançar a economia social e as ‘empresas sociais’ na Europa. No dia 4 de Junho realizou-se no Comité Económico e Social Europeu o ‘Dia Europeu’ da ‘Economia Social e Empresas Sociais’, com a presença de deputados europeus, representantes da Comissão e o ministro da Economia Social do Luxemburgo e de outros representantes de entidades europeias de economia social. A sessão decorreu com muito entusiasmo com várias sessões (workshops) paralelas, por exemplo: **“como aumentar o impacto e o crescimento da economia social”** e o **“papel das regiões e dos clusters no crescimento da economia social”**, aguardando-se ainda pelas conclusões oficiais que deverão estar disponíveis dentro de uma semana.

Entretanto, na sessão final, na fase de perguntas coloquei uma questão à representante da Comissão “quando a Comissão pensa definir o enquadramento legal ‘Estatuto’ que permita à economia social desenvolver e soltar todo o seu potencial de contribuição para o crescimento económico e criação de emprego dado que a ausência dessa legislação é um travão ao seu

desenvolvimento na Europa.”, a resposta da Comissão foi de que não é prioritária a definição desse estatuto”.

Obviamente que não aceitamos esta resposta pois que, como sabemos, as instituições de economia social e empresas-sociais nasceram à medida das origens históricas de cada país e de acordo com as evoluções económicas e sociais de cada caso e por isso dificilmente existem dois países em que a situação seja exactamente igual; são iguais nos princípios e valores mas certamente divergem na sua forma de actuação e no objectivo dessa mesma actuação, pois nasceram e estão fortemente enraizadas e desenvolvidas nas diferentes culturas nacionais.

O travão ao desenvolvimento da economia social na Europa tem a sua origem no facto de que desde a formação da ‘Comunidade Económica Europeia’ o ‘mercado interno’ vem sendo regulado segundo os princípios e medidas que assentam na estrutura da ‘empresa privada’, ou seja, sociedades comerciais, cujos princípios e valores, societários e financeiros diferem completamente, como sabemos, dos princípios e valores das instituições de economia social e empresas sociais.

A batalha pela criação do ‘Estatuto europeu

para a economia social’ que defina a acção no ‘mercado interno europeu’ das entidades de economia social, na partilha do mercado interno com as empresas privadas, já vem de alguns anos mas, surpreendentemente, pois todos reconhecem o seu potencial para o desenvolvimento e crescimento europeu, todos os esforços têm embatido num muro que existe na Comissão que certamente mais ano menos ano, será derrubado, talvez quando a nova Comissão tomar posse em 2019, tenhamos essa esperança.

O plano de acção da Comissão para a Economia Social para 2018 e 2019, finalmente elaborado no início deste ano, contem acções regionais promovidas e participadas pela Comissão, que envolvem autoridades regionais, empresas privadas e instituições e empresas sociais com o objectivo de promover parcerias para o crescimento e desenvolvimento regional da economia social. A CNIS já manifestou o seu interesse à Comissão na organização de tal evento, em Portugal.

## PLANO CASA

### Não 110 mas apenas mais 20 professores para LIJ, CAT e Casas de Acolhimento

Devido a uma interpretação equívoca, o SOLIDARIEDADE, na versão online, abordou uma temática de grande interesse para as instituições, mas que continha algumas imprecisões.

Disse-se que “o governo vai colocar mais 110 professores nos Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário e Casas de Acolhimento, aumentando assim o número de docentes que dão apoio a crianças e jovens nestas instituições”.

Na realidade não haverá no próximo ano letivo mais 110 docentes para aquelas respostas sociais, efetivamente, o ano letivo de 2018/2019 terá apenas um acréscimo de 20 docentes em tempo integral.

O equívoco resultou do facto de aquele número, resultante da renovação de um protocolo assinado entre o Ministério da Educação (ME) e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) para a implementação do Plano CASA (Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens), resultar de um total de 90 docentes com tempo integral já colocados no ano letivo anterior, pelo

que de acréscimo para o próximo será apenas de 20 docentes, perfazendo assim os 110.

Mesmo assim, o ano letivo passado decorreu com grandes constrangimentos por parte das instituições, porque estes 90 docentes chegaram tardiamente às instituições, algumas das vezes o seu perfil era desajustado às necessidades e o seu número era, efetivamente, escasso.

Refira-se que um docente com tempo integral, apesar de ter um horário completo, não o dedica em exclusivo a uma única instituição, podendo partilhar esse horário por várias IPSS.

Assim, não são mais 110 docentes, mas apenas mais 20 para o ano letivo de 2018/2019.

“A CNIS corrobora a posição de que é efetivamente necessário o aumento do número de docentes colocados nas instituições, pese embora não tenha informação se estes 110 tempos integrais são ou não suficientes para as necessidades, porque ainda não tem uma avaliação quantitativa e qualitativa sobre o ano anterior”, disse fonte próxima da Direção, acrescentando: “A CNIS até se voluntariou para ter um papel facilitador, articulando com os dois ministérios,

acompanhando a operacionalização do protocolo, reportando constrangimentos e articulando as medidas necessárias de ajuste”.

Recorde-se que o Plano CASA tem por objetivo dar resposta específica às problemáticas inerentes às crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento.

Acrescente-se que “a CNIS não foi envolvida no processo, tendo sido apenas chamada para se pronunciar sobre o protocolo entre ministérios”, acrescentou a mesma fonte.

Por outro lado, alertando para uma outra questão relacionada com o destacamento de docentes, e apesar de não estar ao abrigo do Plano CASA, mas do Despacho n.º 5092, de 2002, emitido pelo Ministério da Educação, especificamente para a área da Emergência Infantil, que prevê chagada anual de 15 docentes para as instituições com esta resposta, no caso seis IPSS associadas.

“A CNIS defende que isto seja extensível a todas as instituições que atuam no âmbito da Emergência Infantil, para que todas as crianças possam beneficiar destes recursos”.

**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# A importância económica das IPSS

**1.** Há dados sobre as IPSS bem conhecidos: em 31 de dezembro último, contando naturalmente com as regiões autónomas, entre associações (3.121), cooperativas (50) e fundações (329) de solidariedade social, centros sociais paroquiais (1.028), institutos de organização religiosa (226), misericórdias (370), mutualidades (99) e organizações representativas (uniões, federações e confederações: 35), em Portugal havia um total de 5.168 IPSS. Dessas, na CNIS, estavam 57,85% (exatamente 2.990)

Em 2013, um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com objetivo de obter uma maior compreensão da Economia Social, veio demonstrar a dimensão e a relevância económica e social deste sector em Portugal. Havia 61.268 entidades, muito heterogêneas, que representavam 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional (superior, entre outros, à agricultura, silvicultura e pescas, agroindústria e telecomunicações) e 6% do total do emprego remunerado (superior a “atividades financeiras e de seguros” e “telecomunicações”).

De acordo com estes dados da Conta Satélite, apenas 9,1% das entidades da Economia Social são IPSS. Porém, têm um substantivo peso e contributo para as contas nacionais, porquanto representam 32,9% da produção, 43% do VAB, 44,1% das remunerações, 60,4% do emprego remunerado e 27,8% dos outros subsídios à produção.

Num outro estudo encomendado pela CNIS sobre os “Impactes Económico e Social das IPSS em quatro concelhos” (Macedo de Cavaleiros, Idanha-a-Nova, Peniche e Montijo), de outubro 2014, foi possível concluir que a atividade das IPSS conduz a um aumento médio de 3% do total da Produção, a um aumento de 9% do total do valor acrescentado bruto (VAB) e a um aumento de 6% do total do Emprego. Neste mesmo estudo se demonstra ainda que o custo suportado pela sociedade é mais do que compensado pelos benefícios sociais que se obtêm: 1 euro investido nas IPSS em análise gera, no mínimo, 2,46 euros de benefícios sociais (3,39 nas respostas sociais de infância, 4,23 em lares de idosos e 5,68 em apoio domiciliário).

Um novo estudo da CNIS, de âmbito nacional, realizado pela Universidade Católica – Centro Regional do Porto, em 2017, confirma os dados do estudo anterior e permite concluir que por cada euro captado por uma IPSS para o seu concelho, ele é multiplicado, em média, no mínimo por 4,218 euros. Tal significa que 1 euro a circular na economia local gera um acréscimo de rendimento superior a 4 vezes.

Estes dados demonstram que as IPSS deverão ser consideradas como um elemento fulcral na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos municípios onde estão inseridas.

**2.** Desenvolvido sob a coordenação científica do Professor Américo Mendes, este estudo, que brevemente será publicado, traz a público

outros números que não podem deixar de merecer reflexão.

Atente-se que foi feito a partir da análise exaustiva de todos os dados de 400 IPSS representativas de todos os concelhos do território nacional e de todos os grupos de IPSS (associações, centros sociais paroquiais, cooperativas, fundações, institutos de organização religiosa, misericórdias e mutualidades).

Para a estrutura de rendimentos destas IPSS, através dos acordos de cooperação celebrados, a Segurança Social contribui com 40,80%, as autarquias com 0,69% (certamente nesta percentagem não está incluída a comparticipação de algumas autarquias na construção de equipamentos) e os utentes com 30,61%. Note-se que algumas IPSS têm ainda algum apoio de outras entidades públicas na sua atividade, nomeadamente através do IEFPP, porém, não certamente a maioria...

Não estando quantificado ainda o contributo do voluntariado, nomeadamente dos dirigentes, as quotas e joias dos associados das IPSS é, contudo, meramente simbólica (0,63%), enquanto, ainda segundo este Estudo, há doações e legados da comunidade que atingem uma média de 8,73%, da receita.

Ainda segundo o mesmo Estudo, que confirma toda uma sensação instalada, é muito significativo o peso relativo dos gastos de pessoal: 59,32%. E, para além deste estudo há o reconhecimento generalizado de que em custos do trabalho e carga fiscal, mais de 50% do que as IPSS recebem através dos acordos de cooperação são recuperados pelo mesmo Estado, que, desse modo, não comparticipa como por vezes tendenciosamente se diz para uma das suas fundamentais funções.

Considerando ainda os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o Estudo confirma que 16% das IPSS estão com EBITDA negativo...

**3.** Com o objetivo de assegurar a igualdade de

oportunidades e a universalidade dos direitos, em 19 de dezembro de 1996, foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social. Desde então, e também com um forte apoio do Estado na beneficiação e alargamento dos equipamentos sociais, triplicaram as respostas sociais e os serviços de qualidade chegaram a mais pessoas em melhores circunstâncias.

A eventual subordinação a um Estado providencialista, mas eventualmente ineficaz e pesado, foi superada por uma sociedade verdadeiramente comprometida, democrática, envolvida e responsável. Mais inovação, mais qualidade, mais respostas sociais, mais emprego, mais pessoas empenhadas no bem comum e muito mais pessoas apoiadas. Com manifesto benefício para as famílias mais carenciadas.

Na área da proteção social, Portugal é hoje um exemplo ímpar na Europa.

Tendo o Pacto 22 anos, os números anteriormente referidos sugerem uma reflexão profunda. Jamais para a inversão.

Mas para o Sector Social Solidário continuar a ser o inestimável pilar do Estado Social é imperioso e urgente acautelar a sua sustentabilidade.

Está comprovado o mérito do atual modelo de cooperação. Porém, num país com notórias desigualdades, alguns dados - nomeadamente aqueles 16% de IPSS com EBTDA negativo - sugerem a introdução da figura de comparticipação compensatória.

Antes que seja tarde...



# CNIS realça importância das IPSS no combate ao alcoolismo

A CNIS, como membro do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS), participou no III Congresso do SICAD (Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências), subordinado ao tema «Humanismo na intervenção em CAD». Ao longo de três dias muito se refletiu e debateu, tendo cada um dos dias sido dedicado a um tema, a saber: canábis, jogo e álcool.

No final, João Goulão, presidente do SICAD, fez, para o SOLIDARIEDADE, “um balanço muito positivo” do congresso, “desde logo pela assistência, o que revela o interesse pelos temas que aqui estiveram a debate e depois pela qualidade das discussões que tiveram lugar”.

No primeiro dia de trabalhos discutiram-se questões relacionadas com a canábis, “um assunto importante no momento presente, com grandes desenvolvimentos, por causa da discussão do uso de canábis para fins terapêuticos e como impacta essa discussão e a aprovação, que acabou por acontecer, na questão do uso social ou recreativo”, referiu, acrescentando: “O que daqui ressalta é a importância de tomarmos decisões, tanto quanto possível, baseadas no conhecimento científico, na análise de experiências em curso. É importante que também possamos dar algum tempo ao desenvolvimento dessas experiências e ver como é que as coisas impactam no comportamento das populações e na saúde pública e individual”.

Em Portugal foi aprovado o uso de canábis para fins terapêuticos, mas ainda mais recentemente o Canadá liberalizou o consumo social. Para o presidente do SICAD, e um homem há muito envolvido nestas matérias, “é importante perceber como é que o novo paradigma regulador funciona”, e questiona: “Estamos todos de acordo que o uso de canábis não é inócuo, agora é preciso ver qual é a melhor forma de lidar com esses problemas, se é num paradigma de regulação ou se é neste paradigma de liberalização. Mas isto já é o que temos, pois temos um mercado apenas comandado pela oferta e a procura sem que haja qualquer interferência do Estado na qualidade dos produtos disponibilizados, nas condições de comercialização, etc. O que há aqui a sopesar é, de facto, saber qual a forma mais adequada para minimizar os efeitos negativos na saúde das populações”.

O caminho que está a ser feito na redução de riscos e na diminuição de danos nas novas circunstâncias acarreta igualmente novos desafios.

“Felizmente, temos os instrumentos legais e de estrutura adequados para enfrentar as situações à medida que elas se nos deparam, mas há novos desafios. O que passou nesta discussão sobre redução de danos foi a preocupação



com o envelhecimento da população toxicodependente. E é necessário encontrar respostas para estar ao lado dessa população à medida que envelhece e à medida que vai evidenciando cada vez mais patologias, quer na esfera mental, quer física, quer social. Portanto, é necessário pensar em como podemos contribuir para que envelheçam de uma forma digna e com acesso a cuidados de saúde e a outras esferas que carecem”, sublinhou João Goulão, antes de abordar o segundo dia de congresso, dedicado às questões do jogo, “algo relativamente recente no mandato do SICAD”.

Para João Goulão, “ficou aqui patente a complexidade das questões em presença, desde o jogo em base territorial, como os casinos, ao jogo online, e como este depois casa com a dependência do ecrã”. Foram abordadas “questões bastante complexas”, mas “mais do que encontrar grandes caminhos é preciso identificar e elencar os problemas”, porque “o trabalho far-se-á, depois, de forma mais sistematizada e em esferas mais circunscritas”.

Já o terceiro e derradeiro dia de trabalhos





do III Congresso SICAD girou em torno das questões relacionadas com o álcool e com a celebração dos 10 anos do Fórum Nacional Alcool e Saúde (FNAS).

Entre outros painéis de reflexão, a tarde foi preenchida por três workshops (Visão da Administração Pública, Visão da Economia Social e Visão da Oferta) e uma sessão de apresentação de conclusões.

“Abordaram-se os resultados que tem sido possível obter através desta plataforma que é o FNAS e os compromissos assumidos pelas entidades participantes. Estas formam três grupos principais: o dos representantes dos organismos do Estado; o das organizações governamentais, das sociedades científicas, das organizações sindicais, as IPSS, entre outros; e o dos produtores e distribuidores de bebidas alcoólicas”, relatou o presidente do SICAD.

O propósito é encontrar a “forma possível para concitar a participação destas entidades em medidas para reduzir os efeitos nocivos do álcool”, mas João Goulão alerta: “Não é fácil, sabemos disso. Desde há 10 anos que temos a consciência que há interesses conflitantes em presença, mas, apesar disso, estamos a dar alguns passos significativos. É o caso de algumas mensagens do género «grávida não bebe», que também é assumida pelos produtores”.

Em representação da CNIS e do seu presidente, Nuno Rodrigues, membro da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, evidenciou os benefícios do trabalho do FNAS e a importância da rede de IPSS associadas na prevenção e tratamento dos problemas de alcoolismo.

Neste particular, lembrou que “a CNIS tem uma implantação em todo o território nacional, com mais de três mil instituições associadas, que permitem um trabalho profícuo no domínio da prevenção e do tratamento”, sublinhando ainda o facto de as IPSS terem mais de 220 mil trabalhadores e “uma intervenção direta num universo de um milhão de famílias”.

A isto acresce o facto de as instituições terem “um conhecimento estruturado e uma atividade permanente, através, principalmente, da sua integração na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da participação no domínio da saúde mental”, acrescentou Nuno Rodrigues, referindo a propósito do trabalho do FNAS que “os resultados apresentados evidenciam o muito que está feito, também uma ou outra fragilidade, mas são apostas para o futuro próximo”.

“O trabalho em rede trouxe um valor acrescido notável. A participação empenhada de todos os membros do FNAS veio trazer novas possibilidades de desenvolvimento na ação, na metodologia e nos objetivos e revelou a transversalidade da partilha de boas práticas, bem como um maior reconhecimento do empenhamento institucional”, destacou o representante da CNIS no FNAS, acrescentando: “Por outro lado, esta coexistência de diversos intervenientes nesta representação multisectorial e multidisciplinar em concentração de objetivos veio contribuir para a diminuição do uso nocivo do álcool e veio abrir uma janela de esperança”.

Neste workshop «Visão da Economia Social» foi realçada a importância e necessidade de articulação e de conexão. Criar a possibilidade de todos os agentes encaixarem as suas iniciativas todas umas nas outras e, assim, construir uma rede que tenha uma maior efetividade.

À mesa da reflexão estiveram a Câmara Municipal de Loures, a FETO, a Confederação Nacional de Associações de Pais (Confap), a Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho (SPMT) e a CNIS, que deixaram “a mensagem da necessidade de respostas completas, não só complexas, mas bastante completas de apoio à integração e ao envelhecimento ativo, porque são pessoas velhas para o mercado de trabalho, mas bastante novas para serem institucionalizadas”, como referiu a relatora Sara Torgal.

Como há uma carência de respostas mais definitivas ou prolongadas no tempo para estas pessoas, “há que criar respostas mais integradas possível”.

Um dos dados abordados foi o de não só a prevalência de casos de internamento em comunidades terapêuticas por álcool tem vindo a aumentar substancialmente, ao contrário de outros comportamentos aditivos, como aumenta igualmente a faixa etária. Atualmente, a faixa etária entre os 50 e os 65 anos é que predomina nestes dados. Grande parte dessas pessoas vive sozinha, sem contexto familiar, o que se repercute na integração que depois se pretende em contexto social e/ou laboral.

A este propósito, e quando têm vindo a público casos de encerramento de serviços de internamento em unidades de tratamento de alcoolismo do Estado, João Goulão lamenta a incapacidade do organismo que preside.

“De acordo com o arranjo estrutural encontrado para enfrentar estas questões Portanto, não temos a ambição da mesma agilidade e o mesmo foco na resposta”, afirmou, explicando: “O antigo IDT [Instituto da Droga e Toxicod dependência] era um organismo com capacidade de pensar as políticas e de as executar diretamente através de unidades próprias, mas também dedicava por inteiro a sua atenção a estas matérias e gozava de uma agilidade de resposta que o SICAD, enquanto direção-geral e sem instrumentos de intervenção no terreno, não tem. Por outro lado, as ARS [Administração Regional de Saúde] têm a responsabilidade de desenvolverem essa intervenção, mas diria que estas preocupações se diluem um bocado no universo enorme de preocupações que as ARS enfrentam. Tenho defendido, não exatamente com o mesmo desenho, o regresso a um arranjo em que a mesma entidade assegurasse os dois papéis, delinear as políticas e a sua execução, mas estamos na expectativa da opção que o Governo tomará, que parece estar para muito breve”.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

# 500 anos de história celebrados com o Presidente da República

6 de julho de 1518 – 6 de julho de 2018. 500 anos medeiam estas duas datas, tantos quantos tem de vida a Santa Casa da Misericórdia de Bragança. Presença de destaque e grande orgulho para os brigantinos foi a visita do Presidente da República, que com o seu gesto, e as suas palavras, elogiou o trabalho da instituição bragançana, mas também todas as instituições sociais que “não podem ser dispensadas” e que, apesar de terem muito passado, “têm também presente e futuro”. A celebração prosseguiu no dia seguinte, com uma visita às instalações da Misericórdia.

Foi El-Rei D. Manuel I que deu compromisso à Santa Casa da Misericórdia de Bragança (SCMB) no século XVI e foi agora o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a reconhecer o papel inestimável que a instituição tem tido ao longo de cinco séculos de ajuda aos outros, marcando presença na sessão comemorativa que teve lugar no Teatro Municipal de Bragança (TMB), mas também na missa de ação de graças e realizando uma visita à instituição no dia seguinte ao festivo dia 6 de julho.

Nesse sentido, o Presidente da República alertou para a ilusão que é qualquer responsável político pensar que se podem dispensar instituições como as misericórdias e outras de solidariedade social.

“É preciso conhecer essa história para compreender quão precária é a ilusão de se poder dispensar instituições, que são seculares, que têm passado, mas têm também presente e futuro”, sublinhou, acrescentando: “E, algumas vezes, a falta de conhecimento histórico de um ou outro responsável levou a que se concebesse a sociedade portuguesa sem conhecer a história das misericórdias”.

O Chefe de Estado defendeu que “a vida e a história do país não seria a mesma sem esta instituição” e, dirigindo-se aos dirigentes e àqueles que nela trabalham, disse: “Todos os dias o vosso labor está a contribuir para a construção, não apenas de uma realidade concelhia ou regional, mas nacional”.

Marcelo Rebelo de Sousa lembrou a importância das misericórdias e das IPSS nos tempos de crise e questionou: “Se não tivessem existido as instituições da chamada economia social quais teriam sido as consequências?”.

Irmão de algumas Santas Casas, envolvido desde à muito com o universo da solidariedade social, o Presidente da República exultou a que se explique melhor o papel das instituições do Setor Social Solidário, considerando que esta é uma luta que é necessária travar, em associação com a de conseguir “que os vários «portugais» sejam menos diferentes entre



si”. É a defesa do interior e a luta pelo seu desenvolvimento.

A propósito das desigualdades no país, e depois do Bispo de Bragança-Miranda, D. José Cordeiro, ter dito que “a distância de Lisboa a Bragança é a mesma que de Bragança a Lisboa”, o Presidente da República discordou afirmando que “a distância de Bragança a Lisboa é maior do que a distância de Lisboa a Bragança”.

“Essa diferença já foi maior, mas ainda é demasiado grande para um país que se quer um só Portugal e não um Portugal feito de vários «portugais», a várias velocidades”, frisou, alertando: “Não basta ir mais longe na descentralização, ir mais longe naquilo que são medidas para ultrapassar essas desigualdades, não basta sequer apoiar iniciativas ou movimentos de defesa do chamado interior ou



dos chamados interiores, é preciso mais do que isso”.

É necessário, disse, “que a sociedade portuguesa e, em particular, o chamado Portugal metropolitano, assuma essa realidade como sua, compreenda que ela existe e que é sua responsabilidade também”.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, que foi recebido com grande entusiasmo por uma plateia que lotou o TMB, “não basta estar atento, compreender e emocionar-se um dia ou uma semana, ou um mês, ou seis meses, um ano”.

“É preciso estar-se atento e solidário toda uma vida e, por isso, não é de mais repetir que Portugal não está apenas onde estão os holofotes mediáticos, não está apenas onde se encontra a aparente centralidade de quem pode na política, na economia, na sociedade, no mundo mediático”, sustentou, acrescentando que “as misericórdias cumprem aí uma missão fundamental”, assim como as demais IPSS, contribuindo, na rede que estabelecem, “para esta sensibilidade nacional”.

A cerimónia evocativa dos 500 anos da SCMB foi uma noite de homenagens. A primeira e maior à própria instituição pelos seus cinco séculos de bem fazer, mas também serviu para homenagear os irmãos da Misericórdia, colaboradores e personalidades diversas.

Surpresa foi a homenagem que os colaboradores e irmãos quiseram prestar ao provedor Eleutério Alves, presenteado com uma lembrança pelos 20 anos de liderança e ovacionado de pé.

“Foi uma festa que a Santa Casa merecia e que a cidade e o concelho lhe quiseram oferecer. Uma festa digna, interessante, agradável, uma festa com a presença do senhor Presidente da República e isso diz tudo do valor que esta instituição tem”, referiu, ao SOLIDARIEDADE, o provedor bragançano, sublinhando que “a presença do senhor Presidente da República foi a grande prenda que o país deu à Santa Casa da Misericórdia de Bragança”.

Para Eleutério Alves, “a instituição chegou até aos dias de hoje à custa de muita gente e de muito trabalho, de muita gente anónima”, acrescentando: “Daqui para a frente estamos nós e brevemente outros virão que também irão continuar, espero, por mais 500 anos. Sempre no mesmo sentido, ou seja, continuar a fazer o bem e a fazê-lo bem feito, porque isso é que é importante. Contribuir para o desenvolvimento social, cultural, económico da nossa comunidade, porque é pela qualidade de vida e pela dignidade na vida que se consegue alcançar o desenvolvimento”.

E se o Presidente da República já tinha afirmado que estas instituições “têm passado, mas têm também presente e futuro”, para Eleutério Alves, que foi deputado com Rebelo de Sousa na Assembleia Constituinte, olha o futuro com otimismo, mas também alguma preocupação.

“Vejo o futuro tranquilo, sem problemas, mas com preocupações em termos de capacidade para resolver todos os problemas que a sociedade vai criando às famílias e cidadãos da nossa região. Agora, acredito que irá



encontrar as respostas necessárias para colmatar todas essas necessidades. Há áreas que vai ser preciso intervir rapidamente, em especial na área das demências, e a Santa Casa está pronta e disponível para avançar, assim estejam conjugadas todas as condições necessárias por parte de outros parceiros”.

A Santa Casa de Bragança faz parte de um vasto lote de misericórdias filiado na CNIS. O provedor Eleutério Alves é, inclusive, tesoureiro da Confederação, e, como disse o padre Lino Maia, “a CNIS é o que é também muito graças à Misericórdia de Bragança”.

Esta foi uma das razões que fez o líder da CNIS e grande número dos membros da Direção marcarem presença em Bragança.

“Foi também por isso que quis marcar presença aqui e dizer a esta gente que o provedor da Santa Casa é um grande construtor da CNIS e um amigo. E é isso que também encontro no povo de Bragança, um povo solidário, leal, que não está à espera que outros façam aquilo que ele próprio pode fazer e, por isso, vir aqui celebrar os 500 anos com o povo de Bragança foi importante”, afirmou o padre Lino Maia, sublinhando: “Queria com esta vinda também dar um sinal ao mundo, ou seja, dizer que só assim construímos um Portugal melhor, dando-nos as mãos, uns com os outros, apreciando o bem de cada um e como pode contribuir para o bem e dando o que pode fazer”.

A sessão comemorativa reuniu diversas personalidades locais, como o edil brigantino, Hernâni Dias, entre muitas outras do distrito, a que se associaram muitos colaboradores e irmãos.

Uma festa que terminou com a atuação da Banda Filarmónica de Bragança, uma lufada de juventude em palco, depois de se ter falado de tantos anos de história.

Mas não se pense que as celebrações dos 500 anos da SCMB se ficaram pelo dia 6 de julho. Não, elas vêm já desde janeiro e irão prolongar-se até dezembro, com cada mês a ser

dedicado a uma das valências da instituição.

Respostas sociais da instituição que o Presidente da República visitou no dia 7, depois de de manhã ter assistido à missa de ação de graças, cocelebrada por D. José Cordeiro e pelo padre Lino Maia.

À tarde, nas instalações da Misericórdia, após mais uma jornada de beijos, abraços e selfies, Marcelo Rebelo de Sousa foi recebido pelo grupo folclórico do Centro de Educação Especial, por um grupo coral e ainda por um vasto conjunto de jovens tocadores de cavaquinho, a que o Presidente da República não hesitou em juntar-se, tocando e cantando com eles.

Depois de assinar o livro de honra da instituição e de descerrar uma placa que perpetuará a sua presença naquele dia na Misericórdia, o Presidente da República visitou as instalações, distribuindo afetos por utentes e colaboradores.

Na sexta-feira, antes da sessão evocativa, o TMB acolheu a apresentação de dois livros que contam a história da instituição.

Primeiro, a reedição da obra «A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, do padre José de Castro, escrito em 1948, e que agora tem apresentação e notas críticas da historiadora Maria Antónia Lopes.

De seguida, mas ainda sem o objeto físico, Marília Castro e José Monteiro apresentaram a obra cujo primeiro volume sairá em setembro e o segundo em dezembro, e que se intitula «500 anos da Santa casa da Misericórdia de Bragança».

Agora, as celebrações dos cinco séculos de vida prosseguem no mês de setembro, que será dedicado à Saúde, com a realização do I Congresso Ibérico em Cuidados Continuados Integrados.

Outubro dará destaque à vertente cultural, novembro dará enfoque à luta contra a violência sobre as mulheres e ficará assinalado pela inauguração do Centro de Recursos e, por fim, dezembro acolherá a Semana da Inclusão.

FUNDAÇÃO AURORA BORGES, SEIA

# Altruísmo e empenho resulta em instituição de referência

Começou pela terceira idade e pela infância, cresceu e abraçou a área da deficiência e, agora, gostava também de ajudar na vertente das demências. Situada na freguesia de Santa Marinha, no sopé da Serra da Estrela, a Fundação Aurora Borges é uma das instituições de referência do concelho de Seia e combate com todas as armas as necessidades sociais e ainda a interioridade. Daí ter também um jornal mensal e um programa de rádio, para “dar a conhecer ao Mundo” a instituição e o seu trabalho.

O espírito altruísta de Aurora Borges, natural de Santa Marinha, concelho de Seia, e o empenho de Eduardo Cabral pôs de pé uma instituição essencial no apoio às populações de um território deprimido e vizinho da majestosa Serra da Estrela.

Aurora Borges quis criar com o património que tinha uma instituição de cariz social, sediada na sua terra Natal, mas não era isso que estava para acontecer.

“Ela tinha feito um testamento em que deixava o seu património ao Centro Paroquial de Seia”, mas depois de uma longa conversa com Eduardo Cabral, decidiu reformular o documento e direcioná-lo para a criação de uma instituição em Santa Marinha.

A opção por uma fundação foi de Eduardo Cabral, o homem que Aurora Borges incumbiu de cumprir o seu desejo e que até hoje tem sido o timoneiro de uma casa que, em 25 anos de vida, tem crescido sustentadamente, tocando já as áreas da infância, terceira idade e deficiência, prestando ainda um diversificado apoio social às comunidades que serve.

Foi Eduardo Cabral que contactou algumas pessoas da terra e, em 1991, nascia a fundação, com um edifício antigo e mais 23.500 contos, que era o património da fundadora ao tempo.

Fizeram-se obras no edifício, criando-se um pequeno lar para 10 pessoas, inaugurado a 15 de fevereiro de 1993.

“A partir daí a Fundação não mais parou de crescer”, diz Eduardo Cabral, lembrando que “aos poucos foi aumentando a capacidade do lar”, mas ainda em 1993 a instituição passa a acolher uma creche que funcionava na freguesia, mas em condições pouco recomendáveis.

Por iniciativa própria, a instituição arranca com um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que hoje abrange 16 freguesias do concelho de Seia.

Posteriormente, foi construído o novo edifício, que oferece ainda hoje excelentes condições e, assim, foi crescendo o número de utentes apoiados pela Fundação Aurora da Ressurreição Coelho Borges, de seu nome



completo.

Atualmente a instituição serve nas diversas respostas sociais mais de 200 utentes (62 em ERPI; seis em Centro de Dia; 55 em SAD; 15 em creche; 15 em Pré-Escolar; quatro em ATL; 24 em Lar Residencial; 20 em CAO; e 24 na Cantina Social), com uma equipa de 90 funcionários.

As respostas de creche e pré-escolar já acolheram 70 petizes, hoje são apenas 15, num equipamento que tem capacidade para 40, reflexo “da grande baixa da natalidade” e também devido ao “elevado desemprego” na região e ao “encerramento de muitas fábricas”.

“Gostava imenso que quem faz as leis

descesse à terra para conhecer os custos. Porque se em Lisboa o SAD num único prédio poderá apoiar vários utentes, aqui para chegar a um dos muitos locais a que vamos é preciso andar 90 quilómetros/dia, pois são três idas por dia e sete dias por semana”, revela o presidente da Fundação, acrescentando que é preciso não esquecer “os elevados custos com pessoal e com as viaturas”.

“Faz falta uma diferenciação positiva para as instituições que atuam nestes territórios. Nós muitas vezes somos o 112 da Câmara Municipal para resolver algumas das situações de emergência que surgem”, sublinha, acrescentando: “Temos aqui aldeias completamente



desertificadas, com habitações miseráveis, pelo que assim que temos uma vaga em ERPI tratamos de a preencher com as pessoas do SAD que estão em pior situação. Ainda assim, os utentes do SAD tem todas as regalias dos da ERPI, uma vez que fazem aqui fisioterapia e podem vir ao cabeleireiro, sem pagar mais por isso”.

Estes são dois serviços que a instituição também disponibiliza à comunidade em geral, até porque não há outros em Santa Marinha e em muitos lugares em volta.

Situada num território deprimido, com uma população envelhecida e que toda a vida viveu da terra ou na indústria que, entretanto, desapareceu e cujos rendimentos são muito baixos, a gestão exige-se apertada.

“Não temos problemas financeiros e não devemos nada a ninguém. A gestão é feita de forma a que as coisas se mantenham equilibradas. Este novo edifício para a deficiência teve uma ajuda de cerca de 500 mil euros do POPH, mas a Fundação gastou ali mais de 1,2 milhões”, revela Eduardo Cabral, realçando que “o espírito da Fundação nunca se alterou e é muito social”, por isso “onde houver um carenciado a Fundação está lá”.

O presidente e grande obreiro da Fundação recusa a ideia de que “ter uma ERPI é como ter uma galinha de ovos de ouro”, lembrando que “há utentes em ERPI a pagar pouco mais de 300 euros e o máximo é de 600 euros”.

E para que as contas se mantenham equilibradas, Eduardo Cabral sustenta que “é preciso uma gestão rigorosa, sem desperdícios e de grande controlo”.

Sem um apuro substancial para as receitas, a Fundação conta com a fisioterapia, o cabeleireiro e ainda um restaurante que explora no centro da cidade de Seia.

“Dão alguma rentabilidade, mas não aquela que se esperava, especialmente o restaurante. As diárias são a 6,5 euros pelo que não pode dar muito lucro, para além de que implica

mais funcionários”, afirma, apontando, porém, que o restaurante “é também um polo de agregação da própria Fundação”.

Quanto ao futuro, os projetos da Fundação passam “por terminar a obra do edifício onde funciona a creche”, e para o qual faltam cerca de 70 mil euros, e aproveitar a casa velha para alargamento da ERPI e colocar lá os serviços clínicos. Por outro lado, “há necessidade de alargar a cozinha e criar mais armazéns” para acomodar mais alimentos.

“De resto, não gosto de fazer muitas projeções, porque de hora a hora Deus melhora e não sei o que vai acontecer dentro de dois ou três anos”, sustenta, acreditando, no entanto, que vai haver um crescimento nas valências: “O Lar Residencial tem muitas possibilidades de fazer muito mais. E se pudéssemos fazíamos um pavilhão só para as pessoas com doença de Alzheimer... Nesse âmbito já temos também um laboratório de neuropsicologia clínica, em parceria com a Elo Comum, onde uma vez por semana há consultas abertas à comunidade”.

O abraço à área da deficiência, em 2014, foi ideia de Eduardo Cabral: “Quem anda na rua vai apercebendo-se das muitas misérias que existem e das lacunas que persistem. E no jornal da Fundação escrevi um editorial em que questionava o que seria dos pais que tinham filhos deficientes e o que seria daquelas crianças um dia. E, então, após alguma maturação, metemos mãos à obra”.

## RÁDIO E JORNAL

Este mês de julho, dia 22, faz 26 anos o Jornal de Santa Marinha, propriedade da Fundação Aurora Borges e que, curiosamente, conta mais um ano de vida do que a proprietária!

“Como em todas as coisas, achei que tínhamos de arranjar um meio de comunicação para transmitir ao mundo a Fundação. Dizer o que fazemos e como pensamos e daí nasceu o Jornal de Santa Marinha, sempre com

intenção de promover a Fundação. Hoje é um jornal com bastante tiragem, que é muito bem aceite e que já está no online também”, explica Eduardo Cabral, relevando o lema do jornal, atualmente, mensal: “O Jornal de Santa Marinha faz censura. No entanto, está aberto a todas as opiniões, desde que não ofendam pessoas ou instituições”.

Este é um serviço que não entra na folha de cálculo, mas é mais um serviço público que a Fundação presta num território deprimido, desertificado e envelhecido, pois esta é uma forma de desenvolvimento que estas comunidades também têm direito, ou seja, o desenvolvimento cultural.

Entretanto, a vertente comunicacional diversificou-se, mas Eduardo Cabral reconhece que foi por força “de um bichinho pessoal”.

Uma vez por semana, a Fundação tem um programa de rádio de uma hora, na Rádio Antena Livre, de Gouveia, e na Rádio Escuro, de Vila Nova de Paiva.

O programa nasceu em 2016, chama-se «A voz da solidariedade» e é transmitido todos os fins-de-semana. Durante uma hora, o programa dá voz a diversos temas importantes e atuais da sociedade, ligados à cultura, saúde, desporto, etc. Gravado no estúdio da própria instituição, criado de raiz para o efeito, tem frequentemente convidados que abordam os temas em debate.

Para Eduardo Cabral, “é fundamental as instituições comunicarem o que fazem” e “também para as pessoas saberem o que se passa”.

E como seria Santa Marinha, ou mesmo o concelho de Seia, sem a Fundação Aurora Borges?

“O concelho de Seia está muito bem servido de instituições, nós somos uma peça no meio de todas as outras. Tirando uma ou duas instituições, fomos pioneiros. Essa é uma satisfação que temos e, depois, criamos muito emprego. Agora, tenho a sensação de que as pessoas também nos têm como uma referência”.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA SOCIAL

# Só falta a eleição dos órgãos sociais



É oficial: Portugal já tem uma Confederação que congrega as nove famílias da Economia Social, que andaram décadas mais desavindas do que unidas. E o dia 21 de junho de 2018 fica no calendário como aquele em que foi lavrada e assinada a escritura pública da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES).

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal (Confagri), União das Misericórdias Portuguesas (UMP), União das Mutualidades Portuguesas, Centro Português de Fundações (CPF), Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), Confederação Cooperativa Portuguesa (Confecoop), a Animar (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local) e Associação Portuguesa de Mutualidades (APM) firmaram, pela chancela dos seus dirigentes de cúpula, a constituição da “maior organização do país”, como sustentou o presidente da Comissão Instaladora, Francisco Silva.

“Vai ser, em termos de representação, a maior organização do país, pelas organizações que junta da parte social e económica”, afirmou, mostrando-se confiante no futuro.

O grande objetivo é representar o setor e fazer ouvir a sua voz junto dos órgãos de administração, quer portuguesa quer da união Europeia. “Temos a convicção de que uma organização assim vai ser aceite pelos poderes públicos”, defendeu.

Pela CNIS firmaram o compromisso o presidente e o presidente-adjunto, padre Lino Maia e João Dias, respetivamente.

O passo seguinte, depois da oficialização da CPES, passava pela escolha dos órgãos sociais, processo que teve o primeiro capítulo no dia 3 de julho, mas que prosseguirá até haver consenso sobre as personalidades a ocuparem os cargos.

Recorde-se que depois de décadas de desconfiança, as organizações mais representativas da sociedade civil – das centenárias Misericórdias às cooperativas, das IPSS às mais recentes associações de desenvolvimento local, das Fundações às coletividades e às mutualidades – lograram, em pouco mais de um ano, colocar de lado as diferenças e enfatizar os pontos em comum, alcançando o feito já considerado como histórico de se juntarem na mesma casa, a da Economia Social.



**RGPD**

COMO GARANTIR A CONFORMIDADE SEM PERDER A EFICIÊNCIA?

**SOFTWARE DPO**  
INTEGRA COM AS SOLUÇÕES F3M

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E IMPLEMENTAÇÃO RGPD

**CONTACTE-NOS!**

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

---

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS  
(Licenciamento e SaaS)

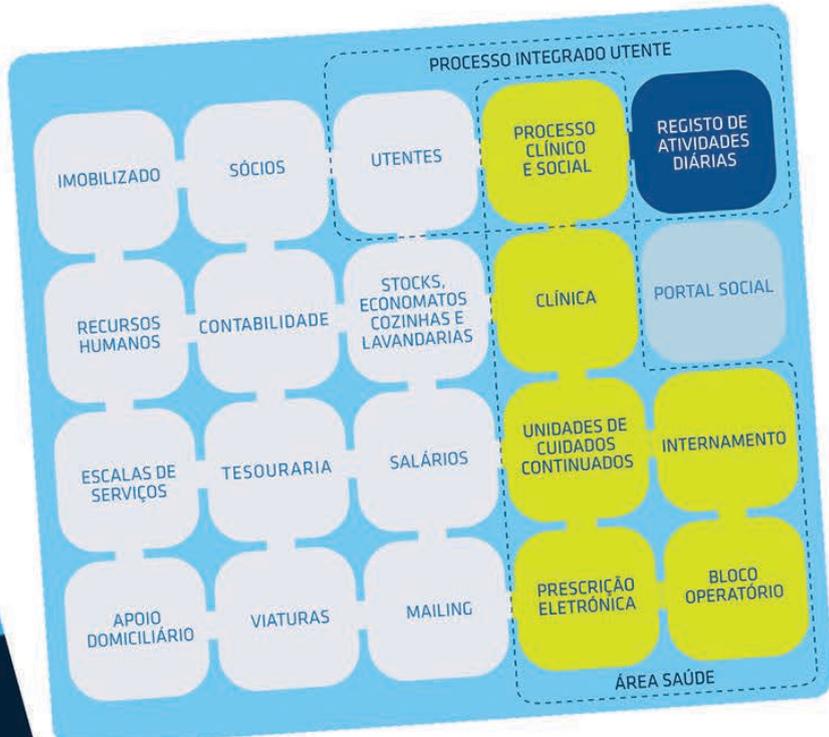
---

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

---

FORMAÇÃO CERTIFICADA

## SOFTWARE ESPECÍFICO PARA O SETOR DA ECONOMIA SOCIAL



**+ DE 3000 CLIENTES**



F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt  
Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO

# CNIS assume o seu papel e quer combater os constrangimentos

Nos constantes périplos pelo território nacional, o SOLIDARIEDADE tem ouvido dos mais diversos dirigentes e técnicos lamentos, críticas e algumas acusações à forma como a cooperação com o Estado se reflete na vida e, especialmente, na sustentabilidade das IPSS. A CNIS mostra-se atenta e ativa na defesa das suas associadas e tem desenvolvido uma série de ações no sentido de tentar resolver os muitos constrangimentos que o Estado lhes tem criado no âmbito do que deveria ser a cooperação com o Setor Social Solidário.

É frequente ouvir por parte das instituições as dificuldades que sentem no dia a dia, “porque, efetivamente, o trabalho que as instituições têm no terreno é muito complexo, abrange muitas áreas de intervenção e de relação com o Estado, pelo que nem tudo se resolve ao mesmo tempo”.

Porém, são muitos os constrangimentos com que as instituições se deparam e que aqui vamos tentar retratar com a ajuda do presidente-adjunto da CNIS, João Dias.

Na sequência da identificação desses constrangimentos por parte das instituições, das Uniãoes e das Federações, a CNIS tem reagido de imediato junto das entidades competentes, na sua sinalização e com propostas concretas para a sua resolução.

Não deveria ser assim, se a Comissão Nacional de Cooperação funcionasse como previsto, muitos destes constrangimentos não teriam existido.

Quanto à Prestação Social para a Inclusão (PSI) há duas questões que importa realçar, segundo a CNIS.

“A primeira é constatar que a PSI é uma medida positiva, porque permitiu a muito mais pessoas aceder a um apoio do Estado. Contudo, a forma como foi criada originou problemas concretos a quem já recebia na forma de subsídio e/ou pensão. Isto com uma maior incidência na população com deficiência intelectual. Não pondo em causa o que resultou de bom desta medida, não se pode deixar de sublinhar os constrangimentos que causou às pessoas com deficiência intelectual. Um desses constrangimentos é material e tem que ver com o acesso à prestação, tendo em conta aquilo que é a sua “dependência de terceiros”, diz João Dias, acrescentando: “E depois, porque foi criada uma solução que passa pela sua interdição, claramente contra aquilo que está plasmado na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Em nosso entender, as eventuais alterações nesta questão deveriam ocorrer já à luz da nova legislação sobre os maiores acompanhados”.

Mas há ainda outro grande constrangimento sentido pelas instituições que se prende com a



mudança da natureza da prestação.

“A nova designação da PSI, que vem substituir algumas pensões e subsídios, fez com que, à luz do regulamento das comparticipações familiares, esta prestação deixe de ser contabilizada para o cálculo das comparticipações familiares, criando de um momento para o outro um grave problema financeiro para as instituições”, aponta João Dias.

Uma outra questão que se arrasta há demasiado tempo tem que ver com a autorização de funcionamento e/ou licenciamento dos jardins-de-infância.

“Sendo este um constrangimento sentido, esta matéria integrada no Compromisso de Cooperação com previsão para 2017 da criação de um grupo de trabalho que iniciou funções já este ano, do qual aguardamos os resultados.

Por outro lado, e com efeitos nefastos no equilíbrio financeiro das IPSS, as alterações ao processo de pedido de restituição do IVA e a

demora no reembolso têm igualmente colocado muitos problemas às instituições.

“As regras foram alteradas para o pedido de restituição do IVA, que agora é feito através da plataforma online da Autoridade Tributária. No entanto, a Segurança Social ainda justifica ser necessário o envio de cópias das faturas, em papel ou por via digital. A CNIS teve conhecimento de algumas discrepâncias ao nível dos diferentes distritos e até de ausência de informação às IPSS, que não sabiam como efetuar o pedido. Por isso, oficiou o ISS sobre a matéria e a informação que obteve é que existe uma orientação técnica junto dos Centros Distritais para darem cumprimento a esta exigência, estando previsto que em 2019, com o início do Simplex, esta questão deixe de existir. Porém, até lá há essa orientação técnica que a CNIS desconhece o conteúdo”, explica João Dias.

Assim, e como fez saber através da «Notícias à Sexta» de 6 de julho, a CNIS sugere às IPSS

associadas para, no caso de não terem recebido orientações sobre os procedimentos a adotar, contactarem os respetivos Centros Distritais de Segurança Social nesse sentido.

Relativamente à obrigatoriedade de envio de cópia das faturas (em papel ou digital) para verificação e validação do ISS, este organismo refere que “... a necessidade de obtenção de cópia da documentação submetida por parte das IPSS, junto a Autoridade Tributária, decorre do facto da mesma não se encontrar disponível para consulta no Portal das Finanças”.

Atenta aos constrangimentos que as instituições continuam a sentir

relativamente a esta matéria, “em particular no que respeita à ausência de confirmação da boa receção dos pedidos pelo ISS”, a CNIS oficiou, novamente, o organismo estatal, “alertando para estas dificuldades e para a urgência da sua resolução”, aguardando ainda informação para posterior comunicação às associadas.

Para além disto, a CNIS tem verificado um grande hiato de tempo entre o envio das faturas pelas IPSS e a verificação pelo ISS e o consequente reembolso às instituições, com impactos muito significativos ao nível de tesouraria, tendo em conta que ainda estão pendentes reembolsos relativos a 2017.

Criado por um regulamento que data de 1999, o fundo de compensação socioeconómico para o Pré-escolar é uma medida que serve para compensar as instituições cujos custos de funcionamento são insuficientes para assegurar a sustentabilidade por as IPSS em causa atuarem em territórios de baixa participação familiar. Isto é, IPSS que servem populações de baixos rendimentos e carenciadas.

Nesta matéria, a demanda da CNIS prende-se em saber como serão tratados os anos letivos de 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017, para os quais não houve abertura de candidaturas. Após aquele interregno, abriu candidatura apenas para o último ano letivo (2017/2018).

“Saber como serão tratados aqueles três anos em que as instituições não receberam a devida compensação e ainda qual será o modelo a vigorar no futuro é o que a CNIS tem tentado saber”, adverte.

Na área da infância, nota para o PEDEPE (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar), ou seja, as candidaturas para a compensação remuneratória aos educadores de infância.

“Relativamente ao ano letivo 2016/2017, as candidaturas abriram apenas em janeiro do corrente ano, embora a CNIS tenha feito bastante pressão junto do Ministério para que decorressem nos prazos habituais. Isto fez com que o processo se tenha atrasado face ao que acontecera nos anos anteriores”, explica, sublinhando: “A informação que a CNIS tem é que o processo está encerrado desde maio. No entanto, sendo esta matéria de crucial importância para as instituições, com grandes implicações a nível de tesouraria, era expectável que o pagamento já tivesse sido efetuado, o que ainda não aconteceu. A CNIS já insistiu junto dos dois ministérios envolvidos, alertando que o atraso no pagamento criará fortes constrangimentos às IPSS”.

Na área do apoio social, “o que tem chegado



à CNIS, e já foi reportado ao MTSSS, é a preocupação das instituições com o tipo de produtos que lhes chegam para ser distribuídos” no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC).

O problema sentido tem que ver com as quantidades e a capacidade de armazenamento e ainda com o tipo de alimentos desenquadrados com as realidades locais. É comum ouvir dizer que dar legumes congelados a quem tem uma horta não vale a pena, porque tem horta, mas não tem arca frigorífica!

“Quero crer que esta situação com o tempo vá ser afinada, mas é urgente, e a CNIS já foi clara nesse aspeto, rever o formato de entrega e ainda o tipo de produtos”, sustenta João Dias, apontando “a falta de planeamento logístico, que necessita ser feito, envolvendo

quem está no terreno, ou seja, as instituições”.

Incompreensível para a CNIS é igualmente a questão dos pareceres prévios da Segurança Social para a celebração de acordos de cooperação em respostas sociais que estão a ser alvo de financiamento público a nível dos equipamentos. O problema é que o parecer, sendo vinculativo, não está efetivamente a ser prévio.

A CNIS já colocou a questão, remetendo a emissão do parecer para a altura da seriação das candidaturas.

“Estas candidaturas tiveram por base o mapeamento prévio das necessidades e das taxas de cobertura, como acontece com o PROCOOP, onde foram identificadas as prioridades de intervenção em cada um dos territórios em função das taxas de cobertura já existente”,



contextualiza, questionando: “No caso dos projetos a candidatar que prevejam reconstrução, remodelação ou até construção de equipamentos e impliquem um aumento ou uma nova capacidade instalada, as instituições têm que apresentar o parecer vinculativo da Segurança Social em como é efetivamente pertinente o equipamento e a celebração de acordo de cooperação.

O que se passa é que esse parecer não está a ser pré-emitido e as instituições têm elevados encargos na elaboração do projeto, sem terem qualquer certeza sobre a celebração dos acordos de cooperação. O que a CNIS pretende é que os pareceres sejam efetivamente prévios para que as instituições saibam com o que podem contar no futuro. Esta alteração de procedimento empurra as instituições para um investimento significativo sem previsibilidade”.

A CNIS assume o Compromisso de Cooperação para o Setor Social Solidário e requer a adiada revisão legislativa, inicialmente prevista para 2017, no que toca às Casas de Acolhimento e ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). “Estas eram as duas respostas que tinham prazos definidos, mas há outras áreas, como o CATL, o Centro de Dia e o Alojamento de Emergência, que têm revisão prevista, mas aqui sem prazo”, reporta o presidente-adjunto da CNIS.

Com a assinatura da Adenda, em abril de 2018, o prazo avançou um ano, devendo ter acontecido no primeiro semestre de 2018.

Por outro lado, há já alguns anos que os Compromissos de Cooperação preveem a possibilidade de um complemento financeiro para as creches com horário de funcionamento de 11 horas e para o CATL de 2º Ciclo para apoio ao estudo.

A situação da creche sofreu mudanças e, em junho, houve alteração dos procedimentos para as instituições apresentarem candidatura, aguardando-se os resultados desta possibilidade de candidatura a todas as instituições com

creche.

“Já quanto ao CATL, a CNIS não tem qualquer informação sobre que procedimentos devem ser seguidos pelas instituições para que possam aceder a essa compensação”, refere João Dias, prosseguindo com outra matéria que tem levantado grande preocupação às instituições: o (mau) funcionamento da plataforma OCIP (Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social), através da qual as instituições estão obrigadas a comunicar as suas contas ao ISS.

A CNIS já oficiou o presidente do organismo estatal em virtude dos inúmeros contactos de IPSS reportando dificuldades na utilização da plataforma OCIP.

Esta situação obstou a que muitas instituições conseguissem cumprir o prazo legal de 30 de junho, entretanto dilatado até 15 de julho, mas as dificuldades mantêm-se. Depois de um período de total inatividade, a plataforma, ainda sem estar a funcionar na plenitude, esteve disponível apenas na última semana de junho com mudanças significativas e pedidos de informação adicional para os quais muitas instituições não estavam preparadas para responder em tão curto espaço de tempo.

“A verdade é que a plataforma continua sem estar completamente operacional e agora tememos que as instituições que não entreguem as contas de 2017 até ao dia 15 de julho entrem em incumprimento, com graves implicações, inclusive de candidatura ao PROCOOP”, alerta João Dias, garantindo que a CNIS está atenta e que tem solicitado que seja tido em conta o constrangimento que a própria plataforma tem criado.

Ao contrário do que está previsto, a Comissão Nacional de Cooperação não tem reunido nos prazos estabelecidos, apesar da insistência da CNIS.

“Se reunisse, muitas destas questões não se colocariam, porque seriam debatidas em sede própria e consensualizadas e não seriam

problema para as instituições. Na mesma linha, a questão dos grupos de trabalho, que estão previstos igualmente no Compromisso de Cooperação”, argumenta.

A CNIS já designou os seus representantes para os três grupos de trabalho – Fiscalização, Recursos Humanos e Custos Técnicos –, no entanto, “ainda não estão em funcionamento, mas creio que contribuirão para resolver alguns dos maiores constrangimentos que as instituições sentem em termos de sustentabilidade”, afirma o presidente-adjunto, acrescentando: “E isto passa-se porque trabalhamos com pessoas para pessoas e, é sabido, o grande peso que os recursos humanos têm nas contas das instituições e que as atualizações em sede de cooperação não têm dado resposta”, constata, acrescentando: “Olharmos para o que são os custos de funcionamento e para os problemas dos recursos humanos é obrigar-nos a olhar também de uma outra forma para aquilo que é a cooperação. Isto leva-nos também a um outro problema sentido no âmbito da contratação coletiva, porque, trabalhando as instituições com pessoas para pessoas, deveríamos ter estes trabalhadores com uma remuneração muito diferente da que têm, mas é de todo impossível fazê-lo”.

Para a CNIS é essencial clarificar a matéria dos custos técnicos de funcionamento, porque, ao contrário do que muitos pensam e dizem, “o Estado comparticipa abaixo dos 50% o custo do serviço prestado e as famílias não têm condição de suportar o restante”.

Por fim, sobre fiscalização, o que a CNIS e as IPSS reclamam é que como previsto exista “um verdadeiro acompanhamento tendo por base o conhecimento do trabalho realizado, no sentido da melhoria dos serviços e não que tenha este caráter punitivo assente em checklist alheia à qualidade do serviço prestado e ao grau de satisfação dos utentes e familiares”, adverte João Dias.

**PADRE JOSÉ MAIA**  
jose.maia@cic.pt

## Europa: Quem te viu e quem te vê

Escrevo esta crónica num dia em que os líderes dos 28 países da União Europeia tiveram de fazer um longo serão para poderem redigir um documento político de consenso sobre compromissos assumidos em relação à forma de gerir, com **um** mínimo de humanidade, a grave crise de milhões de migrantes, entre os quais, uma grande parte de refugiados!

Naquela que se esperava que fosse a “mãe das cimeiras europeias” (com a presença dos 28 líderes dos 28 países que integram a União Europeia), a chanceler Merkel, num tom dramático, alertou para o “risco de, no caso de não haver consenso e uma **posição conjunta de todos capaz de dar resposta aos dramas de milhões de pessoas emigrantes que se sentem perdidas e rejeitadas por todas as nações**, a União Europeia perder a face e se ver confrontada com a acusação de não ter conseguido preservar o **sistema de valores** que serviu de alicerce à construção do projeto europeu!”

Tem sido confrangedor constatar a forma como uma **visão fiscalista/monetarista** se tem sobreposto, ao longo dos anos, a uma **cultura de princípios e valores humanistas e até humanitários**, que inventou “essa coisa iníqua” de **fixar quotas para tudo**, incluindo o acolhimento de multidões de refugiados abandonados em alto mar, considerando as **pessoas como “mercadorias”** que não se deixam desembarcar em solo europeu para lhes

prestar ajuda humanitária, com medo que roubem os nossos empregos, **contagiem a nossa cultura de bem-estar**, desequilibrem a nossa balança de pagamentos!

Está a ser preocupante a ascensão ao Poder, em vários países da União Europeia, de governantes com mentalidades que ameaçam comprometer os alicerces desta mesma União! Não deixa de ser chocante o que se passa, designadamente, na Itália, onde, por um lado, o **Papa Francisco, em nome da Igreja Católica, clama por uma cultura humanitária e de inclusão social** de multidões de emigrantes e refugiados procuram na Europa a sua sobrevivência, e, por outro, o atual **Primeiro-Ministro Conte se tenha tornado o porta-voz do movimento que pretende criar “novos muros da vergonha” de triste recordação!**

Não será por acaso que Ângela Merkel tem vindo a defender uma **solução política multilateral para a migração**. Ela sentiu a experiência amarga de viver no lado mais pobre da Alemanha do leste, tronando-se uma construtora incansável da união das “duas Alemanhas”!

Depois de tantas esperanças na construção da União Europeia, custa ouvir da boca do seu presidente, Jean-Claude Juncker **“que a sua fragilidade está a aumentar e cresce o tamanho das suas fissuras”**.



Andou bem o nosso Primeiro-Ministro António Costa ao afirmar, na referida Cimeira, que “o valor da Europa, **em nome da dignidade do ser humano, é garantir proteção internacional a todos aqueles que têm estatuto de refugiados**. Temos de ter canais organizados para que os refugiados possam ser acolhidos na Europa”.

Todos sabemos que esta problemática tem uma dimensão e complexidade que se não resolvem com simples enunciados de princípios! Porém, **sem uma consciência esclarecida e uma afirmação determinada, por parte dos líderes e das opiniões públicas dos seus países**, que afirmem o **primado do Humanismo sobre o Monetarismo** e continuem a bater-se pela **defesa intransigente e coerente dos direitos humanos**, a Europa caminhará para uma situação de **potencial futura candidata a pedir auxílio a países a quem agora está a virar as costas!**

**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**  
ajsilva@sapo.pt

## Migrações e crises políticas

Desde a sua criação, já foram muitas as crises que ameaçaram o progresso e a estabilidade da União Europeia. Algumas dessas crises obrigaram à realização de eleições que resultaram no triunfo de partidos marcadamente populistas, como aconteceu com maior impacto na Itália. Por causa dos resultados eleitorais, a Alemanha esteve sem governo praticamente durante um ano, mas pouco tempo depois de ter conseguido formar um executivo de coligação, sofreu a ameaça de uma nova crise, que ainda não foi totalmente superada, por via de desentendimentos profundos entre os dois principais parceiros dessa coligação.

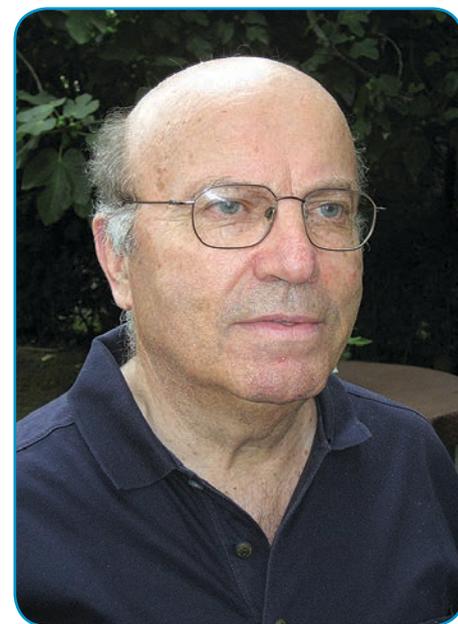
Na origem desses desentendimentos estiveram e estão estratégias diferentes relativas à política das migrações. A repetição continuada dessas crises é, por si mesma, um sinal claro das dificuldades que o grande projecto político e social europeu tem enfrentado no caminho da sua construção e da sua afirmação no mundo. A última e a mais recente dessas crises, aparentemente superada no final de mais uma longa e difícil reunião do Conselho da Europa, teve como pomo de discórdia o problema dos refugiados, um problema que tem resistido a todas as tentativas já feitas para se encontrar uma solução que seja, ao mesmo tempo, humanista para

os migrantes e consensual para todos os estados da União. Apesar da aprovação final de um texto que afastou, no imediato, o perigo de uma ruptura fatal dentro da Organização, muitos observadores entendem que o medo dessa ruptura não foi definitivamente eliminado e que o exemplo do Brexit fosse replicado por outros países.

No caminho já percorrido desde então, sobretudo na sua fase inicial, não faltou quem defendesse que o projecto político europeu deveria orientar-se para a criação de uma espécie de Estados Unidos da Europa, mas logo se tornou claro que, por muitas razões, esse seria um projecto inviável, sobretudo a partir do momento em que o número de países membros da União deu sinais de não parar de crescer. Foram vários os tratados

cujo objectivo era actualizar os princípios e os ideais que, originariamente, deram fundamento àquela Organização, mas em todos os debates que antecederam a sua assinatura desses documentos, tornou-se claro que era impossível sonhar com uma solução do tipo americano. Assim sendo, nos últimos tempos, todos perceberam que o importante era salvaguardar os avanços já alcançados.

Ora, esses avanços foram posto em causa, e de uma forma dramática, na reunião do último



Conselho Europeu. O motivo foi a discussão à volta das migrações, a pretexto dos dramas recentes que ocorreram no Mediterrâneo. Valeu, na altura, a decisão do novo governo espanhol de acolher no seu território centenas de refugiados, depois de rejeitados pelas autoridades da Itália e de Malta. O episódio dividiu os membros da União e obrigou os países que a integram a encontrar uma solução que, sendo embora um mal menor, se apresenta como claramente provisória e susceptível de alargar ainda mais a fractura que separa os países europeus. Uma fractura e que atinge mesmo a Alemanha da senhora Merkel que tem resistido corajosamente à onda antimigratória que rem atingido alguns países do chamado velho continente.

# O nó górdio

1 - O jornal “Expresso” mantém uma rubrica, na terceira página, designada “Duelo”, onde confronta posições divergentes sobre um mesmo tema.

Em cada semana, duas personalidades de diferentes opções ideológicas, ou de discordâncias circunstanciais, prestam o seu depoimento sobre o mesmo assunto, sobre a mesma questão, sobre o mesmo fait-divers, que lhes é colocada pelo jornal.

(Esta semana é sobre os lugares de estacionamento que a Câmara de Lisboa arranhou à Madonna!)

Há uma semana atrás, a pergunta era esta: “A economia aguenta um salário mínimo acima dos 600 euros?”

Foram respondentes José Manuel Fernandes, ex-Director da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) e da AEP (Associação Empresarial de Portugal), que defende a posição afirmativa; “Sim, claro que aguenta.”; e Pedro Ferraz da Costa, Presidente do Fórum para a Competitividade e ex-Presidente da mesma CIP, de opinião oposta.

Como se vê, foram duas figuras representativas do associativismo empresarial que foram convidadas a dar a sua opinião – ambas do mesmo suposto lado da chamada luta de classes -, e, não obstante a aparente identidade de representação social dos interesses económicos, a sua divergência sobre assunto tão candente da actualidade não podia ser maior.

Acresce que, além de antigos dirigentes do associativismo empresarial, ambos são empresários – são patrões, para utilizar uma semântica mais em desuso: Pedro Ferraz da Costa é presidente do Grupo Farmacêutico Iberfár; e José Manuel Fernandes fundador e presidente da Frezite.

Ainda a este propósito, e tendo em conta o acordo a que o Governo chegou, na Comissão Permanente de Concertação Social, com os representantes do patronato e com a UGT, sobre o aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida e outras mexidas na legislação laboral, a imprensa tem-nos informado que o actual Presidente da CIP, António Saraiva, vem sugerindo a possibilidade de o salário mínimo para 2019 poder mesmo ultrapassar esse valor dos 600 euros, com aceitação pelos patrões dessa majoração em relação ao Acordo de Concertação Social.

2 – Embora, para um dos articulistas, a economia aguente, e, para o outro, o choque seja excessivo, ambos consideram que a questão se não coloca da mesma forma para todos os sectores.

José Manuel Fernandes exprime, a certo passo, a opinião de que “o tecido económico é multifacetado (e que) há sectores mais atrasados, como a agricultura ou certos serviços, que podem sofrer com uma subida brusca do salário”, propugnando que “o ideal seria até cada sector lidar com níveis salariais adequados à sua produtividade ...”

**HENRIQUE RODRIGUES**

*Presidente do  
Centro Social de Ermesinde*



Por seu lado Pedro Ferraz da Costa vai mais ao ponto que nos interessa, opinando o seguinte: “A economia aguenta? Não se pode generalizar, certamente que há sectores que estão imunes ao agravamento do custo salarial ... A agricultura, os serviços tradicionais e **as instituições particulares de solidariedade social serão as áreas mais afectadas. No caso das instituições sociais, o aumento dos encargos rebenta com o orçamento, a menos que reduzam pessoal ou a qualidade da assistência prestada.**”

Normalmente, não concordo com as posições político-económicas de Pedro Ferraz da Costa, geralmente marcadas por uma perspectiva conservadora, pouco atenta aos direitos dos trabalhadores e à essencial dignidade do trabalho como fundamento do nosso modelo social, tributário da social-democracia e da Doutrina Social da Igreja Católica.

Mas não deixa de ser significativa e acutilante a sua referência às instituições particulares de solidariedade social e à dificuldade destas em “acomodar” – para utilizar um vocábulo muito na moda – as sucessivas modificações do salário mínimo, designadamente de 2014 para cá.

É verdade que tem sido difícil, designadamente por não ser possível, nuns casos, ou desejável, noutros, aliviar esse “rebotar” do orçamento com as medidas enunciadas por Ferraz da Costa: nem a Segurança Social permite a diminuição do pessoal, mesmo nos casos em que tal se justifica; nem as Instituições admitem sequer reduzir a qualidade dos serviços.

Por outro lado, a definição e sustentabilidade salarial em função da produtividade de cada sector, como refere José Manuel Fernandes, não se afigura capaz de resolver a nossa questão.

As Instituições vêm aumentando, ano após ano, a sua produtividade, traduzida no facto de, com os mesmos recursos humanos, virem atendendo cada vez mais utentes – e estes cada vez mais dependentes de apoios sociais.

Mas as mesmas Instituições, ao contrário das empresas em geral, não podem fazer repercutir no preço dos seus serviços os ganhos de produtividade.

Pelo contrário: a diminuição dos recursos das famílias e a circunstância de se dever – e querer – privilegiar o atendimento dos mais desfavorecidos tem feito com que, ao aumento da produtividade e ao alargamento dos serviços das Instituições, corresponda, não um aumento das receitas, mas uma diminuição.

Não é um paradoxo e será sempre assim: quanto mais necessitados forem e quanto mais sejam os utentes, como vai ser, menores serão os recursos para lhes fazer face.

3 – Esta circunstância, de nos encontrarmos num mercado de preços minuciosamente regulados pelo Estado, em que as Instituições não

possuem senão escassa margem de gestão, acumula, do ponto de vista da (in)sustentabilidade, com a progressiva actualização do salário mínimo e seu impacto nos custos com pessoal, também imputável, em primeira linha, ao Estado.

Trata-se de uma tenaz, em que o Estado aperta e sufoca por cima e por baixo, quer nas regras e na formação dos preços, quer ao dispor universalmente sobre salários, não se mostrando à altura das responsabilidades que as Instituições asseguram, como pilar constitucional do nosso sistema de protecção social, que o distingue, para melhor, dos nossos parceiros da Europa.

Mas o caminho não pode passar, a meu ver, por uma solução de diferenciar salários mínimos consoante o sector de actividade e a produtividade, como me parece inferir-se da opinião de José Manuel Fernandes – e que corresponde a uma tradição, felizmente revogada, do nosso sistema de remunerações mínimas garantidas.

Há alguns anos, havia o salário mínimo para a indústria, o comércio e os serviços; outro, menor, para os trabalhadores agrícolas; outro, também menor, para os trabalhadores do serviço doméstico.

Não tem qualquer sentido e seria motivo de escândalo o estabelecimento de um salário mínimo de 2ª divisão para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Mas já o faz a participação do Sector Solidário na Comissão Permanente de Concertação Social, para debater com outros parceiros que a integram – alguns com menor densidade de representação do que a CNIS – a definição das políticas gerais do nosso País em matéria económica e social.

É certo que, no ano passado, e a propósito também do acordo de concertação social, após o chumbo da diminuição da TSU, a Comissão Permanente de Concertação Social pareceu atenta às contingências do aumento da RMMG na carga salarial das IPSS, recomendando ao Governo a correspondente compensação em sede de Compromisso de Cooperação.

Mas foi episódio único; este ano, embora a Adenda ao Compromisso tenha também procurado compensar o impacto decorrente desse aumento em 2018, não o fez sob o comando de uma recomendação do mais alto nível da concertação social.

E é disso mesmo que se trata: a cooperação deverá ser guindada ao nível das opções da política económica do Estado, no seio da Concertação Social, integrando representantes do Sector.

Que espada cortará este nó górdio?

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

# «Coimbra a Brincar» levou milhares de pessoas ao Parque Verde

A sexta edição do «Coimbra a Brincar» foi mais um enorme sucesso, com milhares de pessoas a desfrutarem, ao longo de dois dias, de mais de 100 atividades que (re)lembravam que brincar é um direito de todos.

As iniciativas foram todas dinamizadas pela Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e mais 52 parceiros da região e incluíram estreias como o minigolfe, a modelagem de balões, o ioga para bebés, as artes marciais, as pinturas faciais ou a capoeira. Regressaram ainda vários clássicos da brincadeira e que são sempre um sucesso, como os insufláveis, os jogos tradicionais gigantes, os passeios a cavalo ou os contos e dramatizações.

As atividades decorreram sobretudo na margem esquerda do Parque Verde, em Coimbra, mas também em outras localizações da cidade, como o Exploratório, o Jardim Botânico e o Museu da Ciência, entre outras.

Paralelamente, decorreu o concurso #todosbrincam, em que a APCC convidou escolas, instituições, empresas, famílias e grupos de amigos a fazer uma foto ou um vídeo de um momento de brincadeira, posteriormente partilhado na página de Facebook do evento, habilitando-se dessa forma a ganhar fantásticos prémios.

A estimular e promover a brincadeira desde 2013, «Coimbra a Brincar» foi criado com o objetivo principal de celebrar o Dia Internacional do Brincar, que se assinala a 28 de maio. De então para cá, tem vindo a crescer em número de participantes, parceiros e patrocinadores, sendo atualmente um evento que se afirma pela sua capacidade de transmitir a um número bastante elevado de pessoas a mensagem de que o brincar é uma atividade benéfica para todas as idades e uma fonte de prazer, alegria e aprendizagem essencial ao desenvolvimento, assim como à saúde física e mental.

## «BRIGHT» NA CONRRARIA

Prosseguindo a sua política inclusiva, a APCC voltou a abrir as portas da Sala O2 para revelar mais um conjunto de criações artísticas dos utentes que frequentam o Centro de Atividades Ocupacionais da instituição.

«Bright – Formas com Mensagens» era o título da exposição, patente naquele espaço da Quinta da Conraria, que revelou cerca de quatro dezenas de pinturas sobre papel, acompanhadas por pequenos textos em que os seus autores desvendavam as histórias por detrás de cada uma.

Desta forma, e à semelhança do que já aconteceu em abril e maio passados com a exposição «Figuras Assustadoras», os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer também o ambiente quotidiano de trabalho naquele espaço, com a



presença dos autores no seu contexto.

Recorde-se que a Sala O2 é dirigida a pessoas com deficiência e incapacidade com significativas limitações da atividade e restrições na participação. É frequentada por pessoas empenhadas em trabalhar, com ou sem adaptações, e mostrar as suas atividades sociais, criativas ou lúdicas, numa perspetiva ordenada do saber fazer.

Desde 2017 que, no âmbito da Sala O2, tem vindo a ser desenvolvido o projeto «SOCRIN - Socialmente, Criativo e Inclusivo», que pretende trabalhar a transformação das mentes dos utentes e contribuir para a sociabilização deste grupo de pessoas, também através de um convite à sociedade para abraçar este projeto.

## SANDRA, A SUPERATLETA

A superatleta da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) Sandra Semedo revalidou os seus quatro títulos de campeã nacional de tricicleta, triunfando em todas as distâncias da categoria RR2 e elevando assim para 23 o total de medalhas de ouro já conquistadas por si nesta competição.

Se dúvidas havia, esta é a confirmação de toda a sua valia enquanto atleta e do seu estatuto de grande nome da modalidade em Portugal e a nível mundial.

O feito foi conseguido durante a segunda volta do Campeonato Nacional de Tricicleta, que se disputou em Lisboa.

Sandra Semedo pensa e prepara-se já para



os Jogos Mundiais CPISRA e o Campeonato da Europa IPC, que se realizam em agosto.

Nestas duas competições, a superatleta da APCC irá defender um currículo internacional a todos os títulos invejável, em que se incluem cinco medalhas (três de ouro e duas de prata) alcançadas em Campeonatos e Taças do Mundo de Tricicleta.

CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-NOVO

# Aposta forte nas parcerias para melhor tratar as demências

Apostando na vertente de parcerias com instituições académicas, a Casa do Povo de Abrunheira assinou dois protocolos de colaboração com entidades de ensino, a saber: Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Coimbra (ESTeSC) e Instituto CRIAP.

O protocolo com a instituição de Coimbra prevê a colaboração entre as duas entidades nos domínios científico, pedagógico e/ou tecnológico, em ações consideradas de interesse para ambas as partes e surge numa altura em que a Casa do Povo de Abrunheira está apostada no desenvolvimento de soluções no âmbito da Inovação Social, sob a perspetiva neurossensorial.

O grande objetivo é proporcionar uma nova abordagem face às demências, através de um conceito assente em cada indivíduo e nos seus diferentes estágios de demência, diminuindo o uso de fármacos, desenvolvimento de softwares específicos e outros aparelhos e suportes, criação de espaços aprazíveis de fruição e tratamento, promovendo a melhoria da qualidade de vida tanto do utente como do seu cuidador e família.

Para a instituição, o método reúne condições para revolucionar o modo como até aqui se tem olhado e agido perante esta problemática social. A aposta é que este projeto, como um verdadeiro «laboratório da mente», que visa o estudo académico e a procura de melhoria das atuais e criação de novas soluções nesta área.

Nesse sentido, estão já em curso outros protocolos com diversas entidades em diferentes áreas, para alargar o âmbito de colaboração e contributos para esta matéria.

Esta parceria com a ESTeSC permite a colaboração nomeadamente em estágios curriculares, orientação de estudos e trabalhos académicos, organização de cursos, seminários ou conferências e representa também mais uma opção para os estudantes da instituição de ensino de Coimbra, no momento de definição do seu percurso académico.

Ainda neste âmbito de procurar dar resposta à problemática das demências e doenças equiparadas, a IPSS de Abrunheira estabeleceu um outro protocolo com o Instituto CRIAP.

O número crescente de pessoas idosas e cada vez mais idosas requer, na perspetiva da Casa do Povo de Abrunheira a criação de redes de suporte e estratégias de intervenção sociais e psicológicas, no sentido de promover a saúde mental e física desta geração.

Alargar a rede de parceiros estratégicos que integram o projeto «Dar mais memória à memória» é o objetivo, sendo que agora também o Instituto CRIAP faz parte.

A mais-valia desta nova parceria é esta ser



uma entidade direcionada para formação especializada em psicologia, terapia da fala e ocupacional, neuropsicologia, terapias complementares, geriatria e gerontologia entre outras.

De forma a proporcionar uma solução integrada que responde às necessidades terapêuticas de forma prazerosa e eficaz, encontramos os Quartos Neurossensoriais, entre outros equipamentos e serviços.

É neste contexto que o protocolo estabelecido se insere, uma vez que este projeto da Casa do Povo compreende estudos e trabalhos académicos e estágios curriculares nas áreas de saúde e de trabalho social, uma forte componente de áreas em que a CRIAP aposta em termos de formação de excelência.

Prosseguindo esta política de parcerias, a instituição protocolou mais dois acordos de colaboração com o Instituto Português de Naturopatia (IPN) e com as Clínicas Vital.

O IPN tem como objetivos defender um novo paradigma de ensino/aprendizagem, com a transmissão e aquisição de conhecimentos assente na reflexão e no estudo individual e coletivo, fomentar atividades próprias de investigação e de cooperação em projetos de colaboração com entidades públicas e privadas no sentido de atingir as sinergias necessárias para atingir as condições praticas e teóricas para o incremento da formação, da boa prática e do conhecimento da Medicina Natural, como condição essencial para a educação, o sucesso e o bem-estar do indivíduo, como cidadão integrante da sociedade.



A este projeto associaram-se também as Clínicas Vital, entidades prestadoras de serviços clínicos na área de saúde natural, conciliando as novas tecnologias com os conhecimentos ancestrais de tratamento, atualmente uma das maiores referências nacionais no tratamento de várias patologias, centrando-se na prevenção e recorrendo aos meios naturais de tratamento de forma a estimular o organismo para a cura de forma a avaliar e retardar o envelhecimento.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



SINAL MAIS



GERTAL ITAU



SOGENAVE



STRONG  
ALARMIBÉRICA  
S.O.V.  
INFRASECUR  
CHARON  
TAMPER



UPK  
CLIMAMOR



B2B



CERGER



FEB CAFÉS  
CATEFRU  
SOCIGESTE



IBERLIM  
NOVA SERVIÇOS



PAPIRO



VIVAMAIS



SERDIAL



BIOSOG



TICKET SERVIÇOS  
FLEXBEN



A TEMPORÁRIA  
A TEMPORÁRIA  
OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

**STRONG**  
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

**CHARON**  
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

**S.O.V.**  
Alvarás: 14 A | 14 C

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA  
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

**CONTACTE-NOS**



**TRIVALOR**

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

# Terceira fase só arranca no dia 1 de setembro

A terceira fase de candidaturas aos Estágios Profissionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) arranca a 01 de setembro e não a 01 de julho como previsto inicialmente, revela o novo calendário publicado pelo organismo.

O calendário publicado no site do IEFP relativo à medida Estágios Profissionais foi alterado e a medida deixa de ter as quatro fases de candidaturas previstas para 2018, para passar a ter apenas três fases.

A primeira e a segunda fases já terminaram e a terceira estava prevista para decorrer ao longo de julho, seguindo-se a quarta e última fase de 01 de outubro a 02 de novembro. Porém, o novo calendário prevê agora apenas uma terceira fase, que irá decorrer entre 01 de setembro e 01 de outubro.

O IEFP não avança no site explicações sobre as alterações ao calendário e, contactado o gabinete do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, também não respondeu.

Aos Estágios Profissionais podem candidatar-se pessoas singulares ou coletivas, do setor privado, com ou sem fins lucrativos e as candidaturas são aprovadas tendo em conta vários critérios, até ao limite da dotação orçamental prevista.



Os estágios têm a duração de nove meses e dirigem-se a desempregados inscritos no IEFP, sobretudo jovens entre os 18 e os 30 anos de idade ou desempregados de longa duração (há mais de 12 meses no desemprego), entre outras situações.

Os estagiários têm direito a uma bolsa mensal, que varia em função do seu nível de

qualificação. O IEFP apoia no pagamento da bolsa (suporta 65% ou mais destes valores, dependendo da tipologia do destinatário e do promotor) e a entidade empregadora cobre a parte restante dos custos.

A segunda fase dos Estágios Profissionais, com uma dotação orçamental de 45 milhões de euros, previa apoiar cerca de 8.400 estágios.

## SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,  
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

**TSR**  
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE  
IPSS

SECTOR  
ECONOMIA  
SOCIAL

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

UNIDADES DE SAÚDE

GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL **NOVO**

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

**SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA**

TSR - Utentes  
TSR - Bancos  
TSR - Associados  
TSR - Rendas  
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

**ASSISTÊNCIA REMOTA**  
Via internet

**ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA**  
Gratuita

**INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO**  
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -  
Sala 11 - Apartado 1071 EC  
4836-908 Lameiras - Guimarães

tlm. [+351] 939 729 729  
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)  
fax [+351] 253 408 328

www.tsr.pt    tsr@tsr.pt    facebook/tsrsi

**+ DE 40 APLICAÇÕES**

**+ DE 900 CLIENTES**

**100% CLIENTES SATISFEITOS**

**GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO**

## SEGURANÇA SOCIAL

# Trabalhadores independentes com novas regras

As alterações ao regime de proteção social dos trabalhadores independentes, como a redução do prazo de garantia de acesso ao subsídio de desemprego, foram publicadas em Diário da República.

O diploma, que entrou em vigor em Julho, estabelece que o prazo de garantia dos trabalhadores independentes para acesso ao subsídio de desemprego -- designado por subsídio por cessação de atividade - passa a ser de 360 dias de contribuições (contra os anteriores 720 dias) nos últimos 24 meses de contribuições.

A medida abrange os trabalhadores independentes economicamente dependentes, ou seja, os casos em que 80% dos rendimentos são pagos pela mesma entidade contratante.

Além disso, o novo regime da proteção no desemprego passa a permitir acumular os períodos de trabalho cumpridos enquanto trabalhador independente aos efetuados enquanto trabalhador por conta de outrem.

Para os empresários em nome individual, o diploma introduz uma alteração no conceito de redução do volume de negócios, que passa de 60% para 40%.

Quanto ao regime de proteção na doença, as novas regras estabelecem que os trabalhadores a recibos verdes passem a ter direito ao subsídio de doença a partir do 11.º dia de incapacidade, quando até agora só tinham acesso ao mesmo a partir do 31.º dia.

No regime da parentalidade, os trabalhadores independentes passam a ter direito aos subsídios para assistência a filhos e netos doentes e ao subsídio para assistência em caso de nascimento de neto, correspondente a um período até 30 dias consecutivos após o nascimento de neto que resida com o beneficiário em comunhão de mesa e habitação, desde que seja filho de adolescente menor de 16 anos.

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, estima que as

novas medidas custem cerca de seis milhões de euros por ano à Segurança Social.

As medidas surgem na sequência das alterações ao regime contributivo dos trabalhadores independentes, cujo decreto regulamentar também foi publicado hoje em Diário da República, e cujas regras entraram em vigor no início do ano, mas produzem efeitos apenas em janeiro de 2019.

Entre as alterações, passa a considerar-se trabalhador economicamente dependente aquele que obtenha de uma única entidade contratante pelo menos 50% do valor total dos seus rendimentos anuais (contra os atuais 80%).

Ou seja, a nova norma irá acabar por alargar novamente, em janeiro de 2019, o universo de potenciais beneficiários do subsídio de desemprego, uma vez que poderão ter acesso à prestação os trabalhadores independentes que no último ano tenham recebido 50% do rendimento de uma única entidade contratante e que tenham 360 dias de contribuições.

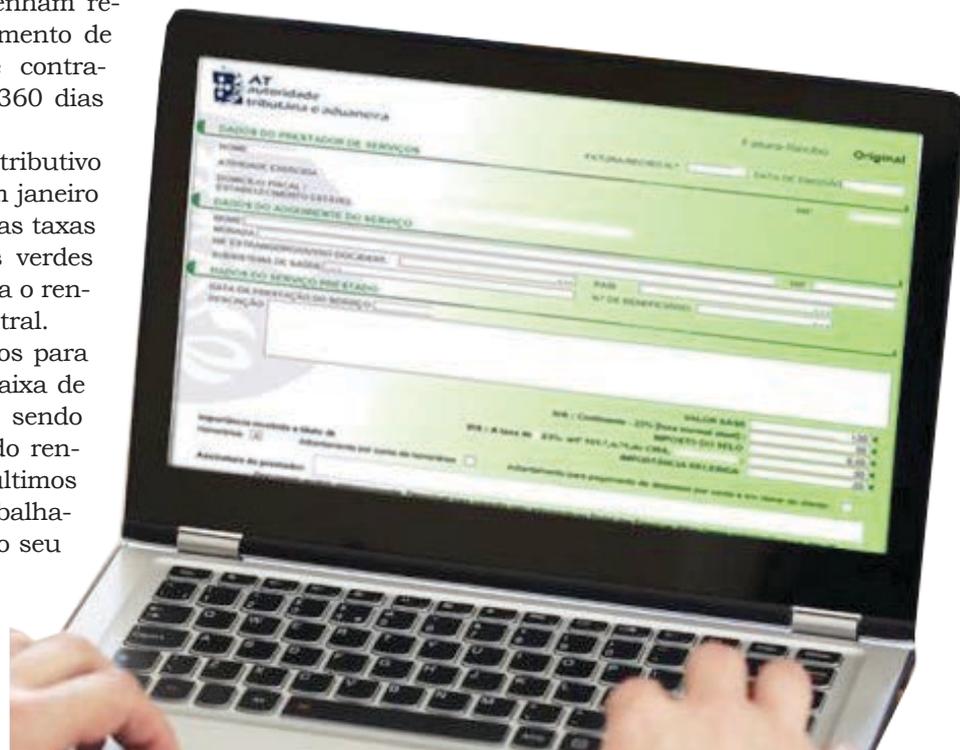
O novo regime contributivo que entra em vigor em janeiro estabelece ainda que as taxas a aplicar aos recibos verdes passam a ter em conta o rendimento médio trimestral.

A taxa de descontos para a Segurança Social baixa de 29,6%, para 21,4%, sendo aplicada sobre 70% do rendimento médio dos últimos três meses. E os trabalhadores podem ajustar o seu rendimento até 25% para cima ou para baixo, tendo em consideração aquilo que receberam.

Passa ainda a existir uma contribuição mensal mínima de 20 euros, por forma a garantir a estabilidade da carreira contributiva para efeitos de pensão futura ou outras prestações sociais (subsídio de desemprego ou por doença).

Já as entidades contratantes passam a descontar a partir de janeiro 10% nas situações em que a dependência económica seja superior a 80% ou 7% abaixo desse montante.

Por sua vez, os trabalhadores a recibos verdes que acumulem a atividade com trabalho por conta de outrem e cujo rendimento mensal médio relevante (relativo a um trimestre) não ultrapasse o valor de quatro IAS - Indexante dos Apoios Sociais (cerca de 1.715 euros) terão uma isenção. Até agora, não havia este limite, ou seja, quem acumulava trabalho dependente com independente era isento.



## “ESTUDO GLOBAL DE TRÁFICO DE MIGRANTES”

# Crime transnacional rende cerca de 7 mil milhões de euros

Pelo menos 2,5 milhões de pessoas recorreram em 2016 a traficantes para entrarem de forma irregular noutro país, o que traduziu lucros de cerca de sete mil milhões de dólares para os criminosos, segundo as Nações Unidas.

Os dados constam do “estudo global de tráfico de migrantes” publicado em Viena, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (ONUDD), com dados de 2016 e 2017.

O diretor do organismo, Jean-Luc Lemahieu, comentou que este “crime transnacional aproveita-se dos mais vulneráveis entre os vulneráveis”. “É um crime global que requer uma ação global”, acrescentou o mesmo responsável, na apresentação do relatório, no qual se lê que, além do risco de morte na viagem, quem recorre

a estas redes pode sofrer violência, violações, roubos, sequestros, extorsões e serem escravizados laboral ou sexualmente.

Segundo a ONU, a procura por traficantes é particularmente alta entre refugiados que, por falta de outros meios, recorrem a estes criminosos para chegarem a um destino seguro e para fugirem das zonas de conflito.

Em 2017, registaram-se quase 6.200 migrantes mortos durante a viagem para outro país, tendo 58% morrido em afogamento. “O assassinato deliberado (de migrantes) regista-se na maioria das rotas de contrabando”, segundo o relatório, sem avançar pormenores.

O ONUDD sublinhou que estes números são “apenas a ponta do iceberg” e que é “muito provável que muitas mortes de migrantes não

sejam documentadas, sobretudo nas rotas marítimas não vigiadas, assim como em percursos terrestres remotos ou inóspitos”.

O Mediterrâneo regista o maior número de mortos, enquanto a rota mais lucrativa para os criminosos é na América do Norte, com quase quatro mil milhões de dólares.

Quem mais recorre a redes são jovens homens, mas em algumas rotas do sudeste asiático é elevada a presença de mulheres.

Nas suas conclusões, a ONUDD defende que para contrariar o cenário devem ser disponibilizados mais canais legais de migração em campos de refugiados e países de origem.

Também se sugere uma maior consciencialização dos migrantes sobre as falsas promessas dos traficantes.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



REFORMA DA ZONA EURO

# Uma Cimeira Falhada

A cimeira europeia de 28/29 de Junho apresentava-se com uma ambição invulgar. Do menu constavam as migrações, o Brexit e, como “pièce de résistance”, a reforma da zona euro (UEM). Chegou a falar-se da “mãe de todas as cimeiras”.

Contudo, este é, desgraçadamente, um dos casos em que os resultados são inversamente proporcionais à ambição. Por junto tivemos uma lista de banalidades sobre o Brexit, um falso acordo sobre as migrações e meia dúzia de linhas sobre a reforma da UEM.

Creio que para ordenar o nosso pensamento sobre a zona euro deveríamos colocar três questões:

O euro, a UEM, têm concerto? São reformáveis? Ou, pelo contrário, são um cadáver adiado à espera de um final turbulento?

Se a resposta a 1 for sim, a reforma da UEM é necessária?

Se possível e necessária, por onde ir?

Em relação a 1, eu que sou um confesso incrédulo em relação ao projeto do euro, deveria responder não! Considero o euro um erro colossal, uma utopia sempre em risco de virar distopia ou, em linguagem mais chã, um sonho que pode, a todo o momento, tornar-se pesadelo.

Costumo colocar dois adjetivos ao euro: maldito e irreformável. Mantenho o primeiro, sobre o segundo começo a ter dúvidas.

O meu pressuposto de irreformabilidade repousava na ideia de que uma moeda moderna, do tempo do “fiat money”, criado a partir do éter e com respaldo apenas no crédito do soberano, implicava união política e integração fiscal.

Ora todos sabemos que a união política é impossível porque os povos europeus a não querem (eu também não!) e a integração fiscal é repudiada pelos países potencialmente contribuintes com a Alemanha à cabeça.

Irreformável, portanto?

A minha convicção negativa em relação a este ponto está um pedaço abalada desde que li um documento do CEPR (Centre For Economic Policy Research) que foi preparado por um grupo de catorze economistas franceses e alemães, gente da melhor proveniência (algumas das melhores universidades e institutos deste vasto mundo) e de garantida independência. Não passei de incrédulo a convertido, mas confesso que começo a ter dúvidas.

Acreditando que o euro é reformável a resposta à questão 2 é claramente sim. A reforma da zona euro é necessária por uma mera questão de sobrevivência. De facto, é tudo menos garantido que a União Económica e Monetária (UEM), tal como existe hoje, resista à próxima crise financeira.

Claro que se pode sempre dizer que quem resistiu à crise de 2008/2009 e à crise de dívida soberana que começou em 2010 (e ainda não está resolvida - ver o caso de Itália), resiste a tudo.

Não seria tão otimista.

No meu ponto de vista há três nuances que podem não estar disponíveis na próxima crise.

Desde logo não é garantido que possamos, mais uma vez, lançar mão a soluções ad hoc em função do curso dos acontecimentos - a tolerância a soluções casuísticas será muito menor no próximo episódio.

Depois é tudo menos garantido que os interesses (e os dirigentes políticos) da França e da Alemanha estejam alinhados quase na perfeição quando chegar a próxima tormenta. Nem Angela Merkel nem Nicholas Sarkozy vão estar por lá nessa altura.

Finalmente, não vamos ter Mario Draghi à frente do BCE. Não vou ao ponto de dizer que foi Mario Draghi e a famosa declaração de Agosto de 2012 - “whatever it takes” - que salvou o euro. O euro foi salvo por três triliões de razões, tantas quantos os euros que o BCE investiu em compra de títulos de dívida, sobretudo dívida soberana.

Mas seria imprudente menorizar o papel de Mario Draghi e ele, seguramente, não vai estar ao leme no próximo abalo.

Finalmente, a questão de por onde ir.

Como sempre podemos colocar versões minimalistas ou mais ambiciosas.

Os incrédulos, e aqueles que, como eu, pelo menos pretendem manter uma dose de razoável ceticismo, tendem a defender uma versão curta: concentrar os esforços na integração bancária e dos mercados de capitais, conferindo à integração fiscal e à reforma institucional um papel secundário.

O nosso argumento é simples: a integração financeira e dos mercados de capitais parece exequível (ainda que difícil), num quadro político realista, a integração fiscal e a reforma institucional são sonhos bonitos, mas irrealizáveis.

Contudo, o documento dos economistas franceses parece demonstrar que incluir o edifício todo na reforma não é uma questão de ambição, de, eventualmente, mais olhos que barriga - simplesmente sem o edifício todo a coisa não funciona.

Dando de barato que só uma reforma global pode funcionar, resta um círculo para quadrar: como reconciliar a visão alemã com a visão francesa!

Na verdade, a reforma da zona euro sempre oscilou entre duas perspetivas, tradicionalmente vistas como irreconciliáveis: a mitigação e a prevenção das crises.

A perspetiva da mitigação é sobretudo francesa e sulista (“carpe diem”), a da prevenção é mais germânica e nórdica (os dias de sol não duram sempre...). A primeira foca nos mecanismos e nos arranjos institucionais para lidar com as crises, a segunda foca na disciplina orçamental e nas reformas para evitar os sobressaltos.

O politicamente correto pode toldar-nos a

vista e o pensamento. Quando o que está pela frente é algo de tão complexo (e arriscado) como reformar a UEM seria insensato ignorar as diferenças reais de perspetiva que distinguem povos e culturas - a metáfora infeliz da aguardente e mulheres, da autoria daquele senhor holandês com um nome impronunciável, não saiu do vácuo. Nem, tampouco, estas dissonâncias cognitivas são de agora.

A Europa do centro e norte não é melhor nem pior que a Europa do Sul - é diferente e todo o esforço de reforma que não parta dessa constatação estará condenado ao fracasso.

A França, pela voz de Emmanuel Macron, pretendia criar uma estrutura supranacional com capacidade fiscal e financeira para funcionar como instrumento de estabilização da UEM - um orçamento, um tesouro, um ministro das finanças e um ministro da economia para a zona euro.

A Alemanha tem uma perspetiva mais prudente.

Orçamento comum? Talvez! Mas não como instrumento de gestão dos ciclos: para tal seria necessário um orçamento gigantesco e, provavelmente, uma estrutura de transferências fiscais permanentes. Nem pensar!

Orçamento comum sim, mas pequeno e destinado a apoiar o investimento nos países com mais dificuldade em agarrar o futuro, por exemplo, nas áreas da digitalização, inteligência artificial e quejandos.

Então como lidar com os países sujeitos a choques assimétricos violentos? Seguramente não com orçamento comum. A proposta alemã é transformar o Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM) numa espécie de Fundo Monetário Europeu que pode emprestar a quem está em dificuldades.

Mas serão empréstimos para pagar e só para quem se sujeitar a programas de estabilização, provavelmente duríssimos à moda do FMI (ou pior!).

Qual das duas visões vai triunfar? Ainda não sabemos - nada de essencial ficou decidido na cimeira. Por junto o comunicado final refere dois passos concretos: a) -aprovação do início das negociações que poderão (!) levar ao sistema unificado de seguro dos depósitos; b) - o ESM servirá de respaldo financeiro (se necessário) ao Fundo de Resolução Bancária.

Ambos os passos são essenciais para completar a união bancária e são bem-vindos. Mas não são suficientes sequer para completar uma verdadeira união bancária e, segundo os sábios franceses e alemães, mesmo uma verdadeira e efetiva união bancária seria sempre curta.

Voltaremos ao tema.

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

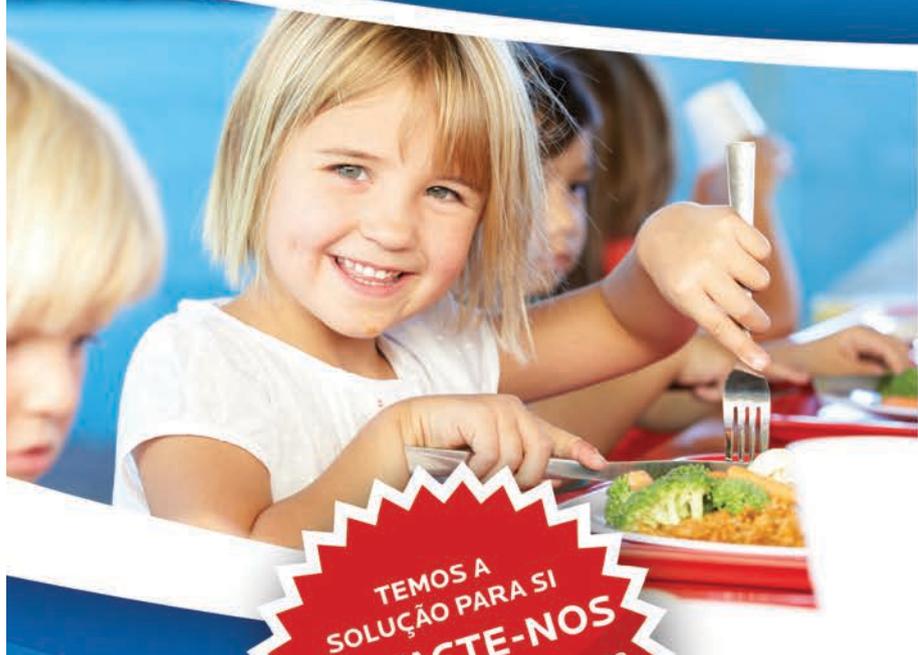
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogenave.pt](http://www.sogenave.pt)





**O presidente dos sete instrumentos**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

OIM

# António Vitorino eleito diretor-geral da Organização Internacional das Migrações

O português António Vitorino foi eleito diretor-geral da Organização Internacional das Migrações (OIM) por aclamação. Os 169 Estados-membros da Organização Internacional das Migrações (OIM) elegeram o novo diretor-geral do organismo que desde 2016 integra a estrutura multilateral da ONU.

O controverso candidato Ken Isaacs, escolhido pelo Presidente norte-americano, Donald Trump, foi eliminado, o que aconteceu pela primeira vez em décadas a um candidato dos EUA.

A candidatura de Vitorino à liderança desta organização fundada no início da década de 1950 foi formalizada pelo Governo português em dezembro do ano passado.

A OIM foi integrada na estrutura multilateral da ONU a 25 de julho de 2016. Antes, a organização tinha recebido, em 1992, o estatuto de observador permanente na Assembleia-Geral da ONU e firmado um acordo de cooperação (1996).

A par dos 169 Estados-membros, a OIM conta com oito países que detêm estatuto de observadores.

António Vitorino, eleito diretor-geral da

Organização Internacional das Migrações (OIM), prometeu em Genebra fazer cumprir as “tarefas ambiciosas” relacionadas com os fluxos migratórios e num período “particularmente crítico”. “Tenho elevadas expectativas que nas próximas semanas sejam concluídas as negociações sobre um acordo global sobre migrações, e existe a urgente necessidade de cooperação multilateral para gerir os fluxos migratórios, garantir os direitos fundamentais dos migrantes e estabelecer de forma sustentável uma estreita relação entre migração e desenvolvimento”, referiu, em conferência de imprensa na sede da OIM, frisando que o mundo vive “numa situação particularmente crítica face às políticas migratórias”.

“Estas são tarefas ambiciosas e espero ser capaz de as fazer cumprir enquanto diretor-geral da OIM”, assinalou. No período de perguntas e respostas, e ao ser questionado por um jornalista sobre a sua participação no governo de António Guterres, que “poderá enfraquecer” a sua designação, Vitorino disse ser desde há 40 anos um “amigo próximo” do atual secretário-geral da ONU, e que ambos foram felizes nas respetivas nomeações. “A nossa amizade nunca

foi um problema para nós, nem mesmo quando não concordamos”, disse.

Numa nova resposta, considerou que a Constituição da OIM é “suficientemente clara” ao enfatizar o respeito total pelos direitos humanos ao longo da cadeia migratória.

“Não penso que exista uma ausência de bases legais que implique preocupação sobre os direitos humanos. A questão dos direitos humanos está na prática, e é aí que se faz a diferença para os próprios migrantes”.

Numa referência ao financiamento da organização, Vitorino disse esperar que todos os Estados-membros entendam que a função da OIM é “fundamental para construir pontes entre países” que possuem diferentes níveis de desenvolvimento económico.

“Estou confiante que após este período de eleições, todos os Estados-membros da OIM assumam as suas responsabilidades, compromissos e obrigações”, vaticinou.

No entanto, ao ser confrontado com as políticas migratórias de Trump, considerou ser algo “que deve ser perguntado aos eleitores, e não ao que acabou se ser eleito”.



Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL